

O OLHAR DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR NA INCLUSÃO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Jamires de Sá Ferreira ¹
Janaina dos Santos Souza ²

RESUMO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que busca propiciar a inclusão de alunos e alunas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades nas escolas regulares. Para isso, é preciso que haja profissionais qualificados e capacitados para trabalhar nessa área, garantindo uma melhor adaptação para o estudante. Dessa maneira, os relatos de experiência visam apresentar duas vertentes: como ocorre o trabalho do profissional de apoio em uma escola da rede municipal e como acontece em uma instituição da rede federal, no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Médio, respectivamente. A pesquisa é de cunho qualitativo, no qual foi construído a partir do trabalho realizado enquanto profissionais da educação na perspectiva da Educação Especial e Inclusiva. Para a análise dos dados foram utilizados referenciais teóricos de autores como Mantoan e Martins, além de documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Constituição Federal de 1988. Como resultados, foi constatado uma grande diferença no trabalho realizado pelo profissional de apoio escolar em ambas as redes de ensino, principalmente quando analisada a formação acadêmica de cada um. Essas constatações permitem compreender como funciona a inclusão dentro das instituições de ensino e de quais maneiras o trabalho deveria ser realizado para promover uma educação de qualidade para todos.

Palavras-chave: Educação Especial, Apoio Escolar, Ensino e Aprendizagem, Adaptação.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que possui uma diversidade gigantesca, seja entre pessoas, raças ou culturas. Essa gama de diferenças dá espaço para se trabalhar a inclusão e o respeito na sociedade.

No âmbito escolar isso não é diferente, pelo contrário, é o local onde permitirá o aprendizado de novos conhecimentos e a socialização de diversos saberes. As instituições de ensino precisam estar abertas para receber a todos sem nenhum tipo de discriminação.

A inclusão de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades é uma realidade cada vez mais concreta em nossa comunidade. No meio educacional é necessário e importante que as escolas regulares ofereçam uma educação de qualidade, sem excluir os discentes que possuam necessidades específicas. A própria

¹ Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal - AL, sajamires@gmail.com;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal - AL, janassouza@gmail.com;

Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que “a educação é um direito de todos”, ou seja, não pode haver distinções de tratamento e nem a negação de direitos.

É partindo desse pressuposto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional traz em seu capítulo V da Educação Especial, no parágrafo 1º, que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”. Esses profissionais são, em grande maioria das vezes, pedagogos, psicopedagogos, apoios escolares, intérpretes e tradutores de Libras e de Braille. Todos precisam ter formação e capacitação para trabalhar com esses alunos, analisando e estudando as melhores formas de lidar com as especificidades de cada um.

Este trabalho tem como foco apresentar o profissional de apoio escolar, cuja tarefa é trabalhar diretamente com o aluno dentro e fora da sala de aula, seja nas atividades curriculares ou na locomoção. Ele age como um mediador e auxiliador para as mais diversas situações que acontecem dentro do âmbito escolar.

A partir dessa teoria é de suma importância compreender como esse profissional atua na prática, assim, nosso projeto tem como objetivos analisar a atuação do apoio escolar na rede federal e na rede municipal de ensino de uma determinada cidade e comparar como o trabalho é realizado entre crianças e adolescentes.

Para essa pesquisa foi realizada leituras acerca do tema, buscando em livros, artigos e documentos oficiais. Além disso, foi obtido dados a partir das observações feitas durante o período laboral nas duas instituições, sendo uma pesquisa de cunho qualitativo. Diante disso foi observado que há uma grande diferença entre ambas as redes e etapas de ensino, tanto na formação dos profissionais quanto nas tarefas que são destinadas a cada nível educacional.

Por isso se faz necessário e relevante mostrar o impacto deste trabalho, pois é algo que influenciará na formação e autonomia da criança e do estudante.

METODOLOGIA

Para essa pesquisa foram coletados dados qualitativos obtidos através do trabalho realizado no Instituto Federal de Alagoas (IFAL), campus Piranhas, enquanto profissional de apoio escolar com atuação no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais (NAPNE) e como colaboradora em uma creche municipal da cidade. A partir da prática trabalhista deste profissional foi realizada algumas anotações em diários de campo e relatórios.

Como fundamentação metodológica foram feitas leituras de artigos, livros e documentos, entre eles destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Constituição Federal de 1988. Também é importante frisar a pesquisa de alguns autores e filósofos, incluindo estudos do pensador Lev Vygotsky. Também foi feita uma busca em livros como “Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?” de Maria Mantoan. Foi a partir desse levantamento que se iniciou esse projeto.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para acolher diariamente estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades ou superdotação, a escola deve realizar adaptações que possibilitem uma inclusão efetiva, evitando que a permanência desses alunos se reduza a um mero dado estatístico. Tais adaptações envolvem o currículo, o Projeto Político-Pedagógico (PPP), a estrutura física e outros fatores que impactam diretamente o estudante que necessita de apoio. É por isso que Gomes (2021) traz a seguinte colocação:

A escola regular por sua vez, precisa estar empenhada em ampliar a participação de todos os sujeitos, devendo garantir e dispor de recursos físicos e didáticos que visem atender às necessidades de cada aluno garantindo igualdade de possibilidades e de acesso dentro e fora da sala de aula. (GOMES, 2021, p.24)

A adaptação não se refere apenas às atividades propostas em sala, mas sim a todo o núcleo que rege a educação. Seja na formação de professores, no comportamento da turma, no lanche escolar ou na arquitetura, são diversas as formas de adequação ao aluno.

O profissional de apoio escolar é um agente que atua dentro das escolas como forma de auxiliar os alunos com deficiência ou que possuam algum tipo de transtorno de aprendizagem, para que assim se construa uma educação de qualidade e de direitos para todos.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/2015, o profissional de apoio escolar é a:

Pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. (BRASIL, 2015)

Ou seja, esse profissional atua nas mais diversas modalidades de ensino e contribui positivamente para o desenvolvimento do aluno. Inclusive, é um direito do estudante, se

comprovada a necessidade, ter um profissional que o acompanhe nas mais diferentes tarefas.

Apesar de estar em lei, muitas escolas ainda sofrem com a falta deste profissional e quando se há a presença, em muitos casos, não tem a formação adequada. E isso é um fator prejudicial para a educação escolar e que pode impactar negativamente no desenvolvimento das crianças e adolescentes.

De acordo com o art. 15º, parágrafo único, do Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva “o profissional de apoio escolar deverá ter formação inicial de, no mínimo, nível médio e formação profissional específica com carga horária de, no mínimo, oitenta horas”. (BRASIL, 2025, p. 4).

A formação adequada desses profissionais é de fundamental importância, pois influencia diretamente o desenvolvimento do estudante. No entanto, é comum a presença de funcionários sem formação específica — ou mesmo sem formação alguma — para o acompanhamento dos alunos. Dessa forma, o profissional de apoio, que deveria ser um elemento positivo no processo de inclusão e contribuir para o desenvolvimento integral do estudante, acaba muitas vezes limitando-se a auxiliar ou executar tarefas cotidianas do aluno.

Acerca dos profissionais de apoio escolar vale destacar que eles trabalham em conjunto com outros profissionais, inclusive, os Institutos Federais contam com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). O NAPNE trabalha com uma política de educação inclusiva e promove ações de conscientização para a comunidade escolar, assim como também trabalha as melhores formas de incluir o aluno atendido dentro da instituição de ensino em prol de impulsioná-lo para o mundo do trabalho.

O NAPNE é constituído de uma equipe de profissionais especializados na área, como diz Zerbato, Vilaronga e Santos (2021) “as orientações legais para a composição dos NAPNEs apontam que o núcleo pode ser composto por um coordenador e uma equipe multiprofissional, cuja SETEC denominou de ‘membros’”.

É importante que haja a presença desses profissionais pois muitos professores não têm conhecimento das formas que pode trabalhar com o aluno dentro da sala de aula, assim, em conjunto, ambos trabalham em prol da inclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram obtidos a partir de observações feitas durante uma jornada de trabalho no município de Piranhas/AL.

A primeira etapa foi realizada em uma creche municipal durante um período de três meses enquanto profissional de apoio escolar, ou, como era antes chamado, de cuidadora. No decorrer desse tempo o trabalho consistiu em acompanhar e cuidar de uma criança autista. Durante essa fase o profissional irá realizar tarefas que são voltadas para o cuidado, como por exemplo, acompanhá-lo durante a merenda escolar e nas práticas de higiene, pois são tarefas que a criança ainda não consegue realizar sozinha ou que precisam de um adulto para auxiliar.

O convívio com outras crianças também é importante para o seu desenvolvimento, pois ali será praticado a socialização e a empatia. Segundo Gomes (2021):

A escola se caracteriza como um dos ambientes mais favoráveis para a socialização e por conta disso exerce um papel social muito importante para a constituição do sujeito em sua integralidade. (...) A socialização dentro e fora do ambiente escolar favorece o processo de aquisição do saber e expande as possibilidades muitas vezes limitadas da criança a partir de um novo nível de desenvolvimento. (GOMES, 2021, p.17)

Por isso é tão importante trabalhar com esse conceito, pois ele constituirá um ponto importante dentro de todo esse processo de autonomia e de ensino e aprendizagem.

Durante os dias que foi acompanhado a criança, a rotina seguia a mesma, ele participava das aulas, brincava durante o recreio e a mãe sempre mandava o lanche dele. Então o trabalho consistia em dar a sua comida, pois ele não conseguia comer sozinho, e limpá-lo após isso. Em alguns momentos era necessário trocar sua fralda.

Foi a partir desse trabalho que foi percebido algumas situações com relação a equipe, não apenas dessa creche mas também de outras, que foram constatadas a partir dos estágios da graduação. A maioria dos trabalhadores que lidam com crianças e adolescentes com deficiência ou transtornos, são pessoas, que em grande maioria, não possuem formação ou capacitação na área.

Isso foi constatado após algumas situações inconvenientes envolvendo alunos e cuidadores. Por não se ter uma formação e um conhecimento adequado, muitos profissionais não sabem como agir frente a alguns casos que ocorrem no dia a dia escolar.

Porém, esse é um fato que não pode ser generalizado, pois também foi visto que muitos cuidadores agem com amor e zelo naquilo que lhe é posposto. Aliás, nos últimos anos se tornou comum e corriqueiro a prefeitura oferecer cursos e capacitações para os profissionais que atuam na educação especial e incluvisa, propiciando assim momentos de aprendizado.

A segunda etapa foi construída através de análises, estudos e observações realizadas no Instituto Federal de Alagoas, onde tem como núcleo de apoio o NAPNE. Em sua formação há

psicopedagoga, intérprete de Libras e apoios escolares, como forma de oferecer qualidade e segurança para o aluno. Cada profissional possui formação e capacitação na área da educação inclusiva.

Como o instituto oferta o ensino técnico integrado ao ensino médio se há a presença de alunos na fase da adolescência, tendo por volta dos 14 aos 17 anos. Por isso, a forma de se trabalhar com o discente é diferente de como é trabalhado com a criança. Enquanto na Educação Infantil é mais voltado para os cuidados básicos de higiene e alimentação, no Ensino Médio o foco está centrado na aprendizagem e no desenvolvimento da autonomia.

No IFAL a tarefa consiste em acompanhar o aluno em seu dia a dia e auxiliá-lo nas atividades e provas avaliativas. Alguns alunos possuem dificuldade em interpretar textos e frases, com a ajuda do apoio escolar ele pode atuar como um leitor e propiciar uma forma mais fácil e prática para o aluno. Assim, ele irá compreender aquilo que a questão pede para que em seguida possa responder. O apoio de profissional escolar, nessa etapa, também auxilia os alunos com deficiência física e que têm mais dificuldade em se locomover.

Todas essas tarefas estão atreladas a aprendizagem, e principalmente, à busca pela autonomia, pois ele irá agir como um mediador de relações e proporcionar um ambiente mais acolhedor e respeitoso.

É essencial que o profissional de apoio atue no sentido de promover a autonomia do estudante. Ainda que o incentivo à autonomia pareça uma tarefa simples, se o profissional não compreender suas funções e responsabilidades, dificilmente conseguirá desenvolvê-la com o aluno. Segundo Leonel et al. (2022, p.9):

Para que o educador e o profissionais de apoio consiga fazer essa relação sobre o que e como ensinar o aluno com autismo é necessária formação adequada, caso contrário a metodologia utilizada em sala não servirá para alcançar o objetivo desejado, que é a aprendizagem. (LEONEL, 2022, p.9)

Analisando ambos os casos, pode-se perceber uma diferença entre as formas de se lidar com o aluno em cada etapa, como também a formação de cada profissional. Outro ponto a ser destacado é a capacitação que os professores precisam ter para lidar com o aluno dentro da sala de aula. Ponce e Abrão (2019) abordam isso muito bem quando falam que:

A maior dificuldade para inclusão de crianças com autismo, segundo os professores, é falta de formação especializada. Ainda que o acolhimento desses alunos em sala de aula seja menos angustiante para o professor quando a criança não possui problemas de aprendizagem e/ou comportamentos agressivos, de acordo com as professoras, o maior problema da inclusão não diz respeito à impossibilidade de manter o aluno com autismo na escola regular e sim a



necessidade de os professores estarem preparados para recebê-los. (PONCE; ABRÃO, 2019, p.353)

Incluir é também olhar para o outro com respeito e atenção, é proporcionar um ambiente igualitário mesmo diante das diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, o estudo nos faz refletir através dessas perspectivas, o quanto é importante a presença de um profissional capacitado para lidar com os diversos tipos de situações existentes na educação especial e o quanto seu trabalho contribui para o desenvolvimento do aluno. É preciso compreender que os estudantes com deficiência, transtornos ou altas habilidades são pessoas como todas as outras, que são capazes de adentrar os sistemas de ensino federal e que com o auxílio necessário conseguem ir cada vez mais longe.

É também importante que haja capacitações para os mais diversos profissionais de ensino, pois muitos professores ainda não conseguem lidar bem com as adaptações e em vários momentos ficam em dúvida em como devem agir. Por isso é necessário a implantação de cursos e de novas políticas públicas que possibilitem capacitar os docentes para que possam receber os estudantes com necessidades específicas.

Além das formações pedagógicas e dos cursos, é importante haver políticas públicas que trabalhem com essa inclusão, pois, mesmo que haja leis a prática se torna completamente diferente da teoria. Esses dois conceitos precisam andar lado a lado, um sendo a complementação do outro. A contratação de profissionais ou à investidura em cargo público é essencial para que o trabalho possa ocorrer da melhor maneira possível.

O apoio escolar será um facilitador das mais diversas dificuldades, assim como mediador das várias situações sociais. Foi através do trabalho desse profissional escolar que o aluno foi construindo a sua própria autonomia. Se fosse capaz de exemplificar esse conceito através do presente estudo, definiria como: o aluno tímido e relutante que precisava ter seus cadarços amarrados se tornou o estudante que anda livremente pelos corredores da escola proferindo frases de bom dia para todos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marily Oliveira. O transtorno do espectro autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 61, p. 299-310, abr./jun. 2018.

Birra x Crise no TEA: como diferenciar? **Neuro Saber**, 2018. Disponível em: <<https://institutoneurosaber.com.br/birra-x-crise-no-tea-como-diferenciar/>>. Acesso em: 28 de nov. de 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, 21 out. 2025.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO et al. História em Quadrinhos na Educação: contribuições para aprendizagem de pessoas com transtorno de espectro autista (TEA). **Editora Realize**, 2023.

GIACONI, Catia; RODRIGUES, Maria Beatriz. Organização do Espaço e do Tempo na inclusão de Sujeitos com Autismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 687-705, jul./set. 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>

GOMES, Bianca Batista Ribeiro. **Educação inclusiva: o processo de socialização na busca por uma educação para todos**. 2021. 28f. Monografia - Universidade Federal do Tocantins, curso de Pedagogia, 2021.

JOENK, Inhelora Kretzschmar. Uma introdução ao pensamento de Vygotsky. Revista Linhas, Florianópolis, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1276>>. Acesso em 12 fev 2025.

LEONEL, A. dos S.; Leonel, R. dos S.; Costa, J. M.; Sales, M. F.; Silva, A. M. S.; Silva, R. D. M. M. (2022). Consolidação e sistematização da educação 4.0 e suas repercussões no Século XXI. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, 8(5), 223-232.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Summus Editorial, 2015.



PONCE, Joice Otávio; ABRÃO, Jorge Luis Ferreira. Autismo e inclusão no ensino regular: o olhar dos professores sobre esse processo. **Revista Estilos da Clínica**, v. 24, n. 2, p. 342-357, 2019.

ZERBATO, Ana Paula; VILARONGA, Carla Ariela Rios; SANTOS, Jéssica Rodrigues. Atendimento educacional especializado nos institutos federais: reflexões sobre a atuação do professor de educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 27, e0196, p.319-336, Jan.-Dez., 2021.